

Metas se ajustam ao problema da dívida

As ideias que o ministro da Fazenda, Dilson Funaro, apresentará amanhã aos parlamentares do PMDB em torno do programa de investimentos e do plano de refinanciamento da dívida externa (metas), foram elaboradas pelos principais integrantes da assessoria econômica do ministro, os economistas Luiz Gonzaga Belluzzo e João Manoel Cardoso de Melo. Além deles, participaram também da montagem da estratégia de renegociação, o chefe da assessoria internacional do Ministério da Fazenda, embaixador Alvaro Dias, o presidente do Banco Central, Francisco Gros, e o assessor de Funaro para assuntos da dívida externa, Paulo Nogueira Batista Júnior, que dedicaram os últimos dias exclusivamente ao plano que será apresentado aos credores.

O trabalho desenvolvido pela equipe do Ministério da Fazenda foi dividido em duas partes, prevendo ações a nível interno e externo, que estariam interligadas. Os assessores de Funaro estão convictos de que nenhum plano poderá ser posto em prática, no sentido de ajustar a economia internamente, antes de ser definida, de maneira concreta, o processo de renegociação da dívida externa, ou seja, com a definição do total a ser transferido para pagamento dos juros.

As medidas a serem lançadas internacionais, após a definição dos rumos da negociação da dívida externa, serão calcadas, segundo os

assessores de Funaro, sob um ponto principal: a redução do déficit público, juntamente com cortes dos subsídios e redução dos incentivos fiscais.

A nível externo, segundo informou o assessor de Funaro para assuntos da dívida, Paulo Nogueira Baptista Júnior, o governo brasileiro lutará para pagar taxas de juros internacionais reais de 4% ao ano. Para ele, o item juros é um dos pontos principais da próxima negociação, pois não há como o País pagar taxas reais de 4% ao ano e arcar com taxas de risco ("spreads") médias de 2%.

Outro ponto importante, destacado por Nogueira Baptista, é a redução das transferências líquidas para no máximo 2,5% do Produto Interno Bruto (PIB). Este percentual representa entre 10 a 12% da poupança interna e é bem inferior aos 22% da poupança transferidos ao longo de 1985 e 1986 (US\$ 24 bilhões nesses dois anos). A redução das transferências de recursos para o exterior é um ponto, que de acordo com os assessores do ministro da Fazenda, é fundamental para assegurar a meta de crescimento anual de 7%.

Os economistas da Fazenda descartam a hipótese de o Brasil voltar a recorrer ao Fundo Monetário Internacional (FMI), deixando claro que o País não suspenderia o pagamento dos juros de sua dívida externa se estivesse pensando em recorrer ao Fundo.

Boatos adiam encontro

A princípio, o ministro Dilson Funaro — a convite do líder do PMDB na Câmara, deputado Luiz Henrique (SC) — apresentaria na última quarta-feira aos políticos do partido o seu plano de refinanciamento da dívida externa e o programa de investimentos do País para os próximos quatro anos. Entretanto, os fortes boatos que circularam no Congresso, dando conta de que estava demissionário ou que seria demitido pelo presidente Sarney, fizeram com que ele, estrategicamente, adiasse o debate com os parlamentares do PMDB para esta semana.

Além dos boatos, traduzidos em pressões "internas e externas" para a sua queda, Funaro estava preocupado também com as ameaças do líder do PDS na Câmara, deputado Amaral Netto, que, com megafone em punho insiste ainda hoje em chamar o ministro de "ladrão", denunciando irregularidades praticadas por ele para favorecer a sua empresa, a Trol. Os desentendimentos entre o ministro e o líder do PDS na Câmara tiveram o seu início, quando Funaro, recentemente, disse, durante uma entrevista que Amaral Netto não é um deputado sério e que suas de-

clarações não devem ser levadas em conta.

A estratégia do ministro em esfriar as pressões que sofreu, com maior força na semana passada, incluiu o apoio de políticos do PMDB, como o próprio líder do partido na Câmara, Luiz Henrique. Ele atribuiu os boatos sobre a queda do ministro à uma conspiração dos banqueiros internacionais para derrubar o "negociador da dívida externa brasileira", que vem adotando uma posição firme quanto à renegociação, após a suspensão do pagamento dos juros da dívida.

No decorrer da semana passada esta posição foi reforçada também pelo coordenador do chamado grupo de economia do PMDB na Câmara, deputado Irajá Rodrigues (RS). O grupo composto por 14 deputados, esteve reunido na última sexta-feira com chefe da assessoria econômica do Ministério da Fazenda, Luiz Gonzaga Belluzzo, que fez uma abordagem rápida sobre as metas traçadas para a economia nos próximos quatro anos, que serão levadas para aprovação dos credores internacionais durante a renegociação da dívida, que começa na próxima semana, em Washington, onde será realizada a reunião do Comitê interino do FMI.

Congresso aguarda debate

O senador Affonso Camargo, PMDB-PR afirmou ontem que a presença do Ministro da Fazenda, Dilson Funaro ao Congresso Nacional amanhã significará um ato fundamental dentro do processo democrático.

A falta, de autocritica do governo, que resultou no convite à Funaro será ainda tema da reunião da Executiva do PMDB, na próxima semana, quando depois de ouvido o Ministro da Fazenda discutirão o relacionamento partido-governo, plano econômico, convergências e divergências entre o PMDB e o Governo Federal.

No processo de construção democrática, Affonso Camargo acredita na importância de algumas propostas básicas: além de crescer economicamente, promover a distribuição deste crescimento, tornando mais justa a sociedade brasileira.

Conforme lembrou, o governo, com a sustentação política da Aliança Democrática estabelecida entre o PMDB e o PFL, apresentou um plano — o Cruzado — contendo medidas de caráter monetário que não chegou a configurar um plano econômico.

Em sua essência, o Plano Cruzado estava em consonância

absoluta com o compromisso da Aliança Democrática, disse o senador, e explicou: deu estabilidade à inflação, reduziu drasticamente os juros, aumentou o poder aquisitivo do trabalhador, gerou empregos e estimulou o crescimento econômico.

A partir de 15 de novembro, coincidentemente, começou-se a detectar sinais evidentes de que haviam vazamentos no Projeto do Plano Cruzado.

E o quadro atual — prosseguiu — convive com um nível de inflação absolutamente inaceitável de juros "nunca dantes praticados", perdas salariais gerando uma incidência alarmante de greves e de uma ameaça indiscutível de um período de recessão com todas as suas consequências.

E para Affonso Camargo, este é o grande problema que o PMDB enfrenta hoje. Não sabe como justificar o insucesso do Plano Cruzado pois não possui informações claras, abrangentes e didáticas.

Desta forma, acaba dividido entre seus deveres históricos de apoiar o governo da Aliança Democrática e as suas obrigações de representatividade política.